

CONSIDERAÇÕES SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO: UM LETRAMENTO SOBRE ALGUNS TRABALHOS

Rozilene Pereira Costa Moraes¹

Resumo: Este artigo é um recorte de minha dissertação “Projetos de vida: uma análise pedagógica através da revisão sistemática da literatura” em desenvolvimento, especificamente do capítulo 2 onde é feito uma análise dos textos bibliográficos e documentais. O artigo analisa um subgrupo de 13 documentos de um universo de 40 que recorrerem em sua argumentação a dados puramente bibliográficos perguntando os conceitos de os conceitos de dialética, ideologia (processos de produção e gerenciamento governamental), caracterizam estas análises. Como metodologia foi usado a abordagem da análise de conteúdo, seguindo os princípios da pesquisa científica e definida pelo acesso as bases de dados eletrônicos específicos a saber: Scielo, Google Scholar, PUBMED, além dos seguintes documentos: Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Programa Novo Ensino Médio: Materiais do MEC sobre o Projeto de Vida: Artigos e livros sobre a metodologia “Projeto de Vida”. A pesquisa evidencia a importância desses projetos para o desenvolvimento pessoal e profissional dos estudantes, mas também aponta limitações nas pesquisas existentes, como a falta de consideração de fatores contextuais e a utilização de perspectivas teóricas restritas. A autora defende a necessidade de uma abordagem mais crítica e interdisciplinar, que leve em conta as diversas influências sociais e políticas que moldam a implementação dos projetos de vida.

Palavras-chave: projetos de vida, ensino médio, análise crítica, políticas públicas.

Introdução

Este artigo é um recorte de minha dissertação “Projetos de vida: uma análise pedagógica através da revisão sistemática da literatura” em desenvolvimento, especificamente do tópico onde é feito uma análise dos textos bibliográficos e documentais.

A construção de PV (projetos de vida) é um tema de grande

1 Mestranda em Ciências da Educação pela Universidad del Sol (UNADES). E-mail: rocosta.moraes@hotmail.com



relevância no contexto contemporâneo, especialmente no cenário brasileiro. Em um mundo em constante transformação, marcado por incertezas e desafios, a capacidade de traçar objetivos e direcionar a própria vida se torna cada vez mais essencial para o desenvolvimento pessoal e profissional dos indivíduos.

Atualmente a implementação da metodologia “Projeto de Vida” no Ensino Médio ainda está em curso, com diferentes graus de desenvolvimento em cada estado e município. Algumas escolas já oferecem disciplinas ou atividades específicas para o desenvolvimento do PV, enquanto outras integram a metodologia em diferentes áreas do currículo.

A dissertação tem como questão geradora a seguinte pergunta: Qual é a relevância, de acordo com os estudos publicados, da implantação dos projetos de vida na construção cognitiva e social do aluno do ensino médio? Tendo como objetivo geral: Analisar qual é a relevância da implantação dos projetos de vida na construção cognitiva e social do aluno do ensino médio.

Por sua vez o artigo analisa um subgrupo de 13 documentos de um universo de 40 que recorrerem em sua argumentação a dados puramente bibliográficos perguntando os conceitos de os conceitos de dialética, ideologia (processos de produção e gerenciamento governamental), caracterizam estas análises.

Tabela 01: natureza e enfoque

NATUREZA			ENFOQUE			
artigo	dissertação	Manual/ livro	Teoria	Prática		Documen- tal
				Estudo de caso	Relatos de experiencia	
28	07	05	15	9	14	2

Fonte: pesquisadora

Sendo que dos 15 que compõe a Teoria 13 foram selecionados por utilizarem os conceitos elencados.

Como metodologia foi usado a abordagem da análise de conteúdo, seguindo os princípios da pesquisa científica e definida pelo acesso as bases de dados eletrônicos específicos a saber: Scielo, Google Scholar, PUBMED, além dos seguintes documentos: Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Programa Novo Ensino Médio: Materiais do MEC

sobre o Projeto de Vida: Artigos e livros sobre a metodologia “Projeto de Vida”.

Os estudos foram selecionados de acordo com critérios de inclusão e exclusão pré-definidos, a saber:

- Documentos publicados em língua portuguesa.
- Documentos com autoria comprovada.
- Publicações nos últimos sete anos (2017-2024)
- Palavras chave:

Projeto de vida, educação, novo ensino médio.

Foram excluídos:

- Documentos sem assinatura ou de fonte não confiável.

Moraes (1999), Sousa e Santos (2020) e Bardin (2011) apresentam a técnica de análise de conteúdo como um método amplamente utilizado em pesquisas qualitativas, que visa a interpretação e descrição sistemática de mensagens, sejam elas verbais ou não-verbais. Isto é especialmente relevante para estudos que buscam compreender significados subjacentes em dados qualitativos.

O corte cronológico para esta revisão sistemática da literatura foi realizado considerando os estudos publicados nos últimos 07 anos (2017-2024). Essa delimitação temporal visa garantir a abrangência da pesquisa e a atualização dos resultados. Este corte se justifica na medida em que em 2017 foi implantada a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ensino Médio brasileiro, documento que define as competências e habilidades que os alunos devem desenvolver ao longo da etapa, inclui a construção de um Projeto de Vida como um dos objetivos de aprendizagem.

Em 2018 o Ministério da Educação (MEC) lançou o programa “Novo Ensino Médio”, que prevê a implementação de itinerários formativos, um dos quais é o “Projeto de Vida”.

Desenvolvimento

Justifica-se esta análise por se entender que toda a ação social é precedida por uma determinada teoria como quer Durkheim (1995) quando argumenta que a ação social é moldada por representações sociais, que são sistemas de ideias e valores compartilhados por um grupo. Essas representações sociais podem ser vistas como formas de teoria que

guiam o comportamento dos indivíduos e as ações institucionais dos seus governantes ou dos seus críticos.

Buscou-se nestes documentos a operacionalização dos seguintes conceitos: dialética, ideologia, processos de produção e gerenciamento governamental, e no decurso desta análise procurou-se fazer um letramento do contexto em que foram usados.

Para que esta análise não incorra na falácia do escamoteamento dos quadros de referência, tipificando o conceito de ideologia segundo Marx se faz necessário clarificar o quadro teórico em que se baseiam as análises desenvolvidas.

Esta pesquisa assume ser constitucional e legalista. As razões são que, ao menos que se prove ao contrário, a Constituição de um país é sua carta magna e estabelece que, pelo menos em teoria, as regras, deveres e direitos dos cidadãos que compõe esta sociedade. Se em algum momento, estas regras se tornarem obsoletas ou alvo de uma revisão o caminho da legalidade pressupõe uma revisão democrática e passível de ampla discussão como foi a constituição brasileira de 1988, qualquer movimento interno ou externo que supra a independência e a equidade dos três poderes que constituem a República, (executivo, legislativo e judiciário) constitui uma quebra do princípio da legalidade.

Tomando como paradigma que cada constituição reflete os processos ideológicos se faz necessário entender a que se refere este conjunto de ideias e entendimentos sociais a que se refere, para os efeitos desta pesquisa o Art. 205. “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (Constituição de 1988).

Tem-se aqui os três objetivos que irão nortear toda a educação (dever do estado e da família): o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Pinheiro (2008) estabelece que o conceito constitucional de pleno desenvolvimento da pessoa é um tema central na atualidade, pois é fundamental para a compreensão da natureza e dos direitos fundamentais da pessoa humana. Segundo a Constituição brasileira, o pleno desenvolvimento da pessoa é um direito fundamental, que implica o exercício do pleno da sua liberdade e a aquisição da sua inteira dignidade pessoal.

Cabe lembrar que a proposta de desenvolvimento da pessoa também

é abordada na área de linguagens no Novo Ensino Médio, que enfatiza a importância da multimodalidade e da cooperação entre interlocutores para uma comunicação eficiente e eficaz. Essa abordagem integra a linguagem verbal com outras formas de comunicação, como imagens, sons e gestos, para que os estudantes desenvolvam suas habilidades de comunicação de forma mais completa.

Freire (1970), Dewey (2001), Boudieu (2001), Marcuse (2001) observam que a formação de cidadãos críticos é um processo fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Avritzer (2007) e Dagnino (2002) aprofundam a questão da formação do pensamento crítico com a necessidade de saber distinguir entre crítica, opinião, doxa e radicalismo para que os cidadãos possam exercer a sua cidadania de forma eficaz e responsável.

A crítica é um processo de análise e avaliação que implica uma reflexão sobre as informações e os fatos, bem como a capacidade de questionar e desafiar as verdades formuladas e esta condição só é possível pela apropriação de dados e desenvolvimento cognitivo.

Já a opinião é uma forma de expressar uma visão pessoal ou subjetiva sobre um tema ou assunto. Embora as opiniões sejam importantes para a formação de cidadãos, elas podem ser superficiais e não baseadas em informações precisas. A opinião não é necessariamente uma forma de crítica, pois não implica necessariamente a análise e avaliação crítica das informações.

A doxa, por outro lado, é uma forma de pensamento que se baseia em preconceitos e estereótipos, sem uma análise crítica das informações. A doxa é descrita por uma falta de reflexão e de questionamento, e pode levar a uma formação de cidadãos que não são capazes de avaliar criticamente as informações.

O radicalismo, por sua vez, é uma forma de pensamento que se baseia em uma visão extremista e dogmática, sem considerar as nuances e as complexidades do tema. O radicalismo pode levar a uma formação de cidadãos que são incapazes de dialogar e de encontrar soluções equitativas para os problemas.

Assim, para esta análise, qualquer proposta educacional que não leve em conta as necessidades contemporâneas do cidadão pensamento crítico (para avaliar as informações que lhe chegam) liberdade para exercer seu direito de apoio ou veto e capacidade de exercer um trabalho que lhe permita uma vida digna parece não levar em conta o verdadeiro papel do

ambiente escolar que deve propiciar ao futuro cidadão sua preparação para o seu melhor desempenho tanto pessoal, como social e econômico.

É perfeitamente admissível que cada pesquisador possa escolher a metodologia que lhe melhor convém, contudo convém a metodologia “ouvir” outras versões do fenômeno que se pretende analisar.

A este respeito pontuam Coimbra (2007), Bastos e Ferreira (2016) que afirmam que em uma pesquisa científica, quando se analisa uma preocupação social, é fundamental considerar múltiplas facetas e perspectivas para uma compreensão mais completa e precisa.

Ferreira (2024) destaca que Marcel Mauss, entende que as manifestações sociais são multidimensionais e que sua análise deve levar em conta essa característica sendo fundamental considerar múltiplas facetas e perspectivas para uma compreensão mais completa e precisa.

Ao se ouvir os “dois lados”, a pesquisa científica se aproxima de uma realidade mais complexa e autêntica, amplia-se o horizonte de compreensão, permitindo identificar diferentes interpretações e relações de poder. Identificam-se contradições e ambiguidades, desafiando visões simplistas e maniqueístas. Promove-se o diálogo intercultural e a tolerância, reconhecendo a diversidade de valores e crenças. Gera-se conhecimento mais robusto e resiliente, capaz de resistir ao teste do tempo e das críticas.

Não se trata de se estabelecer como critério de qualidade o acesso aos dados de primeira mão (empíria) mas tão somente abrir espaço para outras “vozes” discordantes, como inclusive faz esta pesquisa.

Este “não ouvir outras vozes” parece ser um traço comum nas treze pesquisas deste subgrupo, algumas chegando ao ponto de já no seu título estabelecer sua posição diante do fenômeno. Como é o caso destes títulos: “O “novo” ensino médio para as escolas públicas brasileiras entre a aparência e a essência. Autoria de Oliveira et all (2022); “Base Nacional Comum Curricular e o “novo” ensino médio: análise a partir dos pressupostos teóricos da pedagogia histórico-crítica” de autoria de Zank (2020) ou “A reforma do ensino médio: (des)caminhos da educação brasileira de autoria de Mello (2021). O uso das aspas e parênteses estabelecendo na própria apresentação do trabalho pode parecer uma tomada de posição do analista que, ao menos em teoria, deveria se manter neutro ou pelo menos equidistante das questões analisadas sob a pena de que o seu discurso aparente ser marcado pela “doxa” e não por uma análise crítica dos dados.

Demo (2007) em seu livro “Educar pela pesquisa”, enfatiza que a pesquisa deve ser um ato político, mas igualmente uma atitude de

investigação diante do desconhecido, sem preconceitos. Ele argumenta que a pesquisa não deve ser um ato isolado, mas uma atitude processual de investigação diante dos limites pela natureza e pela sociedade.

Feyerabend (2007), em sua obra “Contra o método”, defende a necessidade de se adotar múltiplas possibilidades de metodologia na construção de teorias científicas. Essa abordagem reforça a importância de o pesquisador estar aberto a diferentes perspectivas e evitar preconceitos em relação a métodos específicos.

Além disso, Gatti (2002) destaca que a pesquisa em educação deve considerar a complexidade das questões educacionais, que envolve múltiplos fatores. Essa visão exige que o pesquisador esteja atento às opiniões preconcebidas e esteja disposto a explorar diferentes dimensões do objeto de estudo.

A conclusão da pesquisa “destaca as interferências do campo econômico que apoiaram e defenderam a implementação do projeto de vida como eixo central do Ensino Médio”. Esta íntima relação entre uma proposta educacional e as condições de produção e governança aparecem em outros estudos deste mesmo grupo (de um universo de treze trabalhos oito fazem alusão explícita a esta relação), a saber: Braggio, Silva (2023), Cássio, Goulart (2022) apesar do seu objetivo geral ser uma crítica aos métodos de implantação do novo ensino médio o texto traz comentários como “Assim como as reformas da previdência e trabalhista, suas coirmãs, a reforma do ensino médio é a expressão educacional da máxima antipovo que o governo de Michel Temer sustentou desde o primeiro dia: o povo não cabe no orçamento público”. (p. 286).

Os pesquisadores não se dão ao trabalho de definir o que seria o conceito operacional de antipovo e estabelecem um juízo de valor “o povo não cabe no orçamento público”, além do que lança mão de afirmar que a reforma educacional é uma coirmã das reformas da previdência e trabalhista. Tal construção argumentativa se mostra falha já que em princípio todas as reformas oriundas de um mesmo período governamental (portando com a mesma ideologia) podem ser consideradas coirmãs, como os autores não se dão ao trabalho de estabelecer em que pontos específicos tais reformas são coirmãs é possível identificar aqui duas falácias: a da generalização

Segundo Sampaio (2022) a falácia da generalização, também conhecida como generalização precipitada ou falácia do acidente, é um erro comum no raciocínio que ocorre quando se faz uma generalização indevida a partir de um número insuficiente de exemplos ou de um caso

específico ou suprimir dados para uma revisão.

Uma das características desta falácia é que a conclusão é feita a partir de poucos exemplos, ignorando a diversidade e a variabilidade que podem existir dentro do grupo. Neste caso a conclusão que as propostas do governo Temer são coirmãs ignora que em todos os governos elas são a princípio coirmãs, mas que cada uma atende bem ou mal a uma resposta específica dentro de sua variabilidade social.

Um outro ponto a ser considerado é de que as reformas pretendidas pelos vários governos de qualquer tendência ideológica não tiveram uma alteração significativa no Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA) que é um estudo comparativo internacional realizado a cada três anos pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

O objetivo principal do PISA é avaliar se os alunos de 15 anos estão preparados para os desafios da vida adulta, medindo o desenvolvimento de suas competências em Leitura, Matemática e Ciências. A última edição do PISA, Programa Internacional de Avaliação de Alunos, foi realizada em 2022 e contou com a participação de 81 países e economias.

O Brasil, que participa do PISA desde a sua primeira edição em 2000, também esteve presente na edição de 2022 e como pode ser observado em ambas as tabelas Brasil X PISA (2000 a 2022) e Governo X PISA não mostrou nenhuma melhora significativa.

ano	Quant de Países	Leitura	Matemática	Ciências
2000	32	43°	35°	-----
2003	41	40°	34°	-----
2006	50	48°	43°	53°
2009	65	40°	34°	50°
2012	65	48°	35°	59°
2015	72	53°	41°	57°
2018	79	52°	37°	57°
2022	81	50°	37°	62°

Fonte: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/pisa> acesso 03.06.2024

Ao observar a tabela constata-se que mesmo com a inclusão de vários países ao longo dos anos o desempenho do Brasil em cada área pode ser considerado estagnado ou com ligeira melhora ao longo dos anos, mas ainda abaixo da média da OCDE.

Um contra argumento a respeito da utilização do PISA como um parâmetro educacional nacional é: Por ser um instrumento que mede as competências e habilidades dos estudantes em atualmente 81 países pode ser considerado um aparelho de opressão das forças internacionais. Este argumento não se sustenta já que é exatamente por ser internacional permite uma análise entre vários tipos de propostas educacionais, por outro lado sua metodologia de pesquisa é bastante robusta e confiável se assim não fosse o número de países não aumentaria de ano para ano.

Lazzarotti (2024) lembra que o uso do PISA como instrumento de análise é que as médias nacionais escondem grandes desigualdades dentro do país (como nível socioeconômico dos alunos, qualidade das escolas, infraestrutura educacional e políticas públicas), o que está certo porem o bom senso nos obriga a perguntar se em outros países (dos 81 participantes) estas grandes desigualdades não existem? (falácia da generalização).

Bonamino e Franco (1999), por sua vez, comentam que apesar do Saeb ser uma ferramenta fundamental para diagnosticar a qualidade da educação básica no Brasil. Ele permite a comparação de desempenhos entre diferentes regiões e instituições, oferecendo uma visão abrangente do panorama educacional. Essa avaliação é crucial para identificar desigualdades e direcionar políticas públicas as avaliações seguem uma única política nacional se baseia na percepção de que o Saeb e outras avaliações, como o PISA, podem refletir uma abordagem envolvente que não considera as especificidades regionais e locais. O conceito de “colonialismo educacional” é incluído na discussão sobre o PISA, indicando que essas avaliações podem importar uma visão externa que não se alinha às realidades locais.

Os resultados do Saeb mostram disparidades significativas entre as regiões do Brasil, com o Sul apresentando melhores desempenhos em comparação ao Norte e Nordeste. Essa desigualdade evidencia a necessidade de políticas educacionais diferenciadas que atendam às particularidades de cada região, em vez de uma abordagem única que pode não ser eficaz em contextos diversos.

A questão das políticas públicas ponto central das pesquisas que compõe este sub grupo merece uma análise mais aprofundada.

Tabela: governos x PISA

DATA-GOVERNO	POLITICAS	PISA	OBSERVAÇÕES	CONSIDERAÇÕES
2000-2002 (Governo Fernando Henrique Cardoso):	Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) promulgada em 1996, Plano Nacional de Educação (PNE) lançado em 2001, criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF).	43º lugar em Leitura, 35º lugar em Matemática.	Início da implementação da LDB, com foco na descentralização e municipalização da educação. Criação do PNE, definindo metas e diretrizes para a educação nacional. O FUNDEF visava aumentar os investimentos em educação básica.	Resultados do PISA ainda abaixo da média da OCDE, mas com potencial de melhora a longo prazo.
2003-2010 (Governos Lula da Silva)	Expansão do FUNDEF, criação do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (Pnate), implementação do ProUni (Programa Universidade para Todos), lançamento do Programa Nacional de Alfabetização (PNA).	PISA 2003: 40º lugar em Leitura, 34º lugar em Matemática. PISA 2006: 48º lugar em Leitura, 43º lugar em Matemática. PISA 2009: 40º lugar em Leitura, 34º lugar em Matemática.	Aumento dos investimentos em educação básica, com foco na expansão da escolarização e na melhoria da infraestrutura das escolas. Criação do ProUni, visando ampliar o acesso ao ensino superior. Implementação do PNA, com o objetivo de reduzir o analfabetismo no país.	Resultados do PISA oscilantes, com melhora em Leitura em 2003 e estagnação em Matemática.

<p>2011-2016 (Governos Dilma Rousseff)</p>	<p>Criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), implementação do Programa Mais Educação, aprovação da Lei da Base Nacional Comum Curricular (LBNCC).</p>	<p>PISA 2012: 48º lugar em Leitura, 35º lugar em Matemática, 59º lugar em Ciências.</p> <p>PISA 2015: 53º lugar em Leitura, 41º lugar em Matemática, 57º lugar em Ciências.</p>	<p>Substituição do FUNDEF pelo FUNDEB, com foco na valorização dos profissionais da educação.</p> <p>Programa Mais Educação visava ampliar a jornada escolar e oferecer atividades extracurriculares.</p> <p>Aprovação da LBNCC, definindo um currículo nacional único para a educação básica.</p>	<p>Resultados do PISA apresentaram melhora em Leitura em 2015, mas estagnação em Matemática e Ciências.</p>
<p>2017-2022 (Governos Michel Temer e Jair Bolsonaro):</p>	<p>Reforma do Ensino Médio, implementação do Programa Nacional de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular (ProBNCC), criação do Programa Novo Ensino Médio (Novo Ensino Médio).</p>	<p>PISA 2012: 48º lugar em Leitura, 35º lugar em Matemática, 59º lugar em Ciências.</p> <p>PISA 2015: 53º lugar em Leitura, 41º lugar em Matemática, 57º lugar em Ciências.</p>	<p>O governo Temer (2016-2018) implementou algumas medidas na área da educação, como a reforma do ensino médio. No entanto, houve cortes significativos no orçamento do Ministério da Educação, o que gerou críticas de entidades educacionais.</p> <p>Já o governo Bolsonaro (2019-atual) tem pautas priorizadas ideológicas na educação, como o combate ao “marxismo cultural” e a “doutrinação de esquerda”. O governo também tem defendido o ensino domiciliar (ensino domiciliar) e feito críticas ao modelo tradicional de educação</p>	<p>Melhoras discretas em relação a leitura, estagnação em matemática e piora em ciências no administração Bolsonaro, mas sempre abaixo dos índices preconizados pela OCDE.</p>

Como esta pesquisa não tem como objetivo a discussão dos planos políticos, mas tão somente mostrar as falácias desenvolvidas nos trabalhos em apressado retoma-se a falácia da generalização.

Vilela e Kock ponderam que o uso da generalização como forma de argumentação em um texto científico é que elas podem ser imprecisas e não refletem a realidade de forma adequada. Isso pode levar a conclusões errôneas e afetar as variações do estudo. A maioria destas características são encontradas nos textos que compõe esta amostra.

Dada a exiguidade de espaço de um artigo apresenta-se aqui dois trabalhos que comprovam esta afirmação.

Alves, Torres, Marinho (2023) traz as seguintes afirmações: “os resultados indicam que a proposta do projeto de vida não contempla as distintas realidades sociais como pretende devido ao seu cunho neoliberal” (pág. 247). “Concluimos que o Novo Ensino Médio e o Projeto de Vida articulam sentidos de necessidade, relevância e direitos seduzindo o senso comum para suas finalidades”. (pág. 247)

O termo neoliberalismo e as implicações de projetos políticos na educação já foram bastante discutidos nos parágrafos anteriores, além desta questão existe aqui um outro problema: “neoliberalismo, NEM e o projeto de vida articulam e seduzem o senso comum”. Ora, estes termos são conceitos não pessoas, na literatura esta construção linguística chama-se personalização, ou seja, dar a uma entidade ou conceito aspectos humanos, usar esta construção em um texto científico exige uma ampla base de dados que muitas vezes não é apresentada. Outra questão que se apresenta é quando da compreensão da expressão “seduzindo o senso comum para suas finalidades”, pergunta-se: o senso comum de quem? Esta sedução refere-se aos textos oficiais sobre o NEM, mas todo o texto oficial (quando não se estrutura como pesquisa científica) não passa de um texto de propaganda, em qualquer época, em qualquer situação e em qualquer lugar. Os primeiros textos “oficiais” inclusive foram dos reis sumérios que falavam de suas conquistas ou dos faraós egípcios que apagavam o nome do seu antecessor para tomarem para si as conquistas realizadas.

Malanchen, Trindade, Johann (2021) com o título “Base Nacional Comum Curricular e reforma do ensino médio em tempos de pandemia: considerações a partir da Pedagogia Histórico-Crítica” parece reforçar uma tendência detectada nesta lista de trabalhos: o escolha de um quadro de um determinado quadro de referência teórico que vai de encontro aos ditames constitucionais: “seu preparo para o exercício da cidadania

e sua qualificação para o trabalho” (art 205) em um sistema de produção capitalista por que, como devidamente explanado nesta pesquisa as outras duas opções comunismo e escambo não se mostraram viáveis em uma sociedade moderna. É possível contra argumentar que a função da ciência é mostrar as falhas e as incongruências de uma determinada teoria fazendo que esta teoria seja abandonada ou reformulada, o que deve ser feito a partir de quadros de referência atualizados abordagens originais e espera-se recomendações factíveis.

O texto em apreço objetiva compreender os interesses políticos que direcionaram a reforma do ensino médio constatando tem como principais patrocinadores diversos grupos do sistema privado. Partindo da premissa básica que toda a educação é intimamente ligada aos anseios sociais da qual está inserida, como demonstrado, o texto só constata o obvio, sociedade e educação estão ligadas em processos de alimentação e retroalimentação. O texto conclui sobre a necessidade de uma organização curricular que caminhe em rumos completamente opostos ao proposto nos documentos oficiais que seria, segundo a proposta de Pedagogia histórico critica uma sociedade com meios de produção socializados, trabalho como atividade central, , superação da divisão social do trabalho, planejamento centralizado e democrático (o que vem a ser uma contradição de termos: o planejamento central pressupõe um centro decisório autoritário; já o planejamento democrático implica em uma descentralização do poder decisório, o que levanta sérias questões logísticas: democracia representativa ou direta? As decisões serão tomadas pela maioria ou por especialistas na matéria a ser tratada? Distribuição justa da riqueza. A educação, nesse contexto, assume um papel fundamental na conscientização da realidade social, na formação de cidadãos críticos e autônomos e na construção de uma nova sociedade. Nunca é demais lembrar que esta formula foi implantada na China, em Cuba, Coreia do Norte, Alemanha Oriental e da antiga união soviética.

Considerações finais

A partir das análises efetuadas é possível afirmar que muitos estudos apresentam o que pode ser chamado de Perspectivas limitadas, ou seja, se concentram em um único quadro teórico ou postura ideológica. Outras fazem afirmações amplas sem evidências suficientes.

Alguns estudos pecam pela falta de consideração pelo contexto ignorando o impacto de fatores mais amplos da sociedade e das instituições.

Também é importante considerar que os dados do PISA indicam que, apesar de várias reformas, os resultados dos alunos não melhoraram significativamente.

Na discussão sobre o NEM, sempre necessária, seria bom possuir mais dados sobre a interação entre a agenda individual do aluno, as restrições estruturais e o papel da tecnologia, a consideração de múltiplas perspectivas, evitando simplificações excessivas e interagindo com diversos quadros teóricos. Reconhecendo que a eficácia dos projetos de vida pode variar dependendo do contexto específico, como a escola, a comunidade e a sociedade em geral e as implicações éticas da implementação de projetos de vida: Considerando questões de equidade, diversidade e inclusão.

Embora os projetos de vida empoderem os alunos, eles também são moldados por forças sociais e institucionais mais amplas. Pesquisas futuras poderiam explorar como equilibrar a agência individual com as restrições estruturais na implementação de projetos de vida.

Referências

- ALVES, Heryson Raisthen Viana; TORRES, Khadidja Karen Monteiro Assunção; MARINHO, Zacarias. Projeto de vida no novo ensino médio: o estado do Conhecimento Revista *Communitas* v. 7 n. 16 (2023): Práticas educativas retratadas em experiências e pesquisas. Disponível in <https://periodicos.ufac.br/index.php/COMMUNITAS/article/view/7096> acesso 03.09.2024
- AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil, instituições participativas e representação: da autorização à legitimidade da ação . *Dados*, Rio de Janeiro, v. 3, pág. 443-464, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/4Xt7Zt4zqgPVXpbMRRKPwBc/?lang=pt> . Acesso em: 01 conjunto. 2024.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidente da República, [2016].
- BASTOS, Maria Clotilde Pires; FERREIRA, Daniela Vitor. *Metodologia Científica – Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2016.*
- BONAMINO, Alícia; FRANCO, Creso. *Avaliação e política educacional: o processo de institucionalização do SAEB. Outros Temas*

• Cad. Pesqui. • Nov 1999 Disponível in <https://www.scielo.br/j/cp/a/TCDfghNzNbWbgtqW5NMmJ7G/?lang=pt#> acesso 02.09.2024

BOURDIEU, Pierre. A Doxa e a Crítica. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

CÁSSIO, Fernando; GOULART, Débora Cristina. A implementação do Novo Ensino Médio nos estados: das promessas da reforma ao ensino médio nem-nem.2022 (doc 3). Revista Retratos da Escola, Disponível: <https://saberesepraticas.cenpec.org.br/> acesso 02.06.2024

COIMBRA, Camila Lima. A pesquisa e a prática pedagógica como componente curricular do curso de pedagogia: uma possibilidade de articulação entre a teoria e a prática. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo São Paulo. 2007. Disponível: <https://ariel.pucsp.br/jspui/bitstream/handle/9985/1/camila%20coimbra.pdf> acesso in 01.06.2024

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: DAGNINO, Evelina (org.). Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 279-301.

DEWEY, John. A Educação em uma Sociedade em Mudança. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

DEMO, Pedro. Educar pela pesquisa. 9. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

DURKHEIM, Émile. As Regras do Método Sociológico. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

Emilio, Rejane Maria. Base Nacional Comum Curricular: um estudo sobre o processo de implantação Tese (doutorado) - Universidade Católica de Santos, Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Educação, 2020 Disponível in <https://tede.unisantos.br/bitstream/tede/6181/1/Rejane%20Maria%20Emilio.pdf> acesso 03.06.2024

FERREIRA, Vinicius Kauê. Reler Marcel Mauss: notas sobre o autor, professor e militante. Ilha Revista de Antropologia, Florianópolis, v. 26, n. 1, 2024. DOI: 10.5007/2175-8034.2024.e93748. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/93748>. Acesso em: 1 jun. 2024.

FEYERABEND, Paulo. Contra o método. Tradução de Cezar Augusto Mortari. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 1970

GATTI, BA *Formação de professores e carreira: problemas e movimentos de renovação*. 1ª ed. Brasília, DF: Plano Editora, 2002.

INEP. <https://www.gov.br/inep/pt-br> | <https://www.oecd.org/> acesso 03.06.2024

LAZZAROTTI, Bruno. *Pisa 2022: Mitos e falácias sobre o difícil caminho da educação brasileira*. 2024. Disponível: <https://www.qualgov.pro.br/gestao-publica/interna/pisa-2022-mitos-e-falacias-sobre-o-dificil-caminho-da-educacao-brasilera-bruno-lazzarotti> acesso 02.09.2024

MARCUSE, Herbert. *O Homem Unidimensional*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

MALANCHEN, Julia; TRINDADE, Debora Cristine; JOHANN, Rafaela Cristina. *Base Nacional comum curricular e reforma do ensino Médio em tempos de Pandemia: considerações a partir da Pedagogia Histórico-Crítica. Momento: diálogos em educação*, E-ISSN 2316-3100, v. 30, n. 01, p. 21-45, jan/abr, 2021. Disponível in: <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/13095>. Acesso: 04.09.2024

MELLO, Fábio Machado. *A reforma do ensino médio: (des)caminhos da educação brasileira*. 2021 (doc 15). UF DE SANTA MARIA. Programa de mestrado. Disponível: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/22975> acesso 01.06.2024

MORAES, Roque. *Análise de conteúdo*. *Revista Educação*, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999. Disponível in: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4125089/mod_resource/content/1/Roque-Moraes_Analise%20de%20conteudo-1999.pdf acesso 27.08.2024

OLIVEIRA, Antônio Marques de; CARVALHO, Antônio Marcos Rocha de; SILVA, Sirneto Vicente da. *O “novo” ensino médio para as escolas públicas brasileiras entre a aparência e a essência*. 2022 (doc 11) *Anais do I seminário Internacional de História e educação volume 1*. Disponível <https://revistas.ceeinter.com.br/anaisseminariodehistoriaeeducaca/article/view/468> acesso 01.06.2024

PINHEIRO, Flavia de Campos. *O conteúdo constitucional da liberdade de associação*. (Dissertação de mestrado em direito) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2008. Disponível in: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/teste/arqs/cp062856.pdf>. Acesso:

31.05.2024

PISA. www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/pisa acesso 03.06.2024

PISA 2000 a 2023: <https://www.oecd.org/education/school/programmeforinternationalstudentassessmentpisa/33690591.pdf> | acesso 03.06.2024

SAMPAIO, Tuane Bazanella. Metodologia da pesquisa [recurso eletrônico] – 1. ed. – Santa Maria, RS : UFSM, CTE, UAB, 2022. 1 e-book : il. – (Gestão em organização pública em saúde). Disponível: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/26138/MD_Metodologia_da_Pesquisa.pdf?isAllowed=y&sequence=1 acesso 02.06.2024

SOUSA, José Raul de; SANTOS, Simone Cabral Marinho dos. Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa: modo de pensar e de fazer. Pesquisa e Debate em Educação, Juiz de Fora: UFJF, v. 10, n. 2, p. 1396 - 1416, jul. - dez. 2020. ISSN 2237-9444. DOI: <https://doi.org/10.34019/2237-9444.2020.v10.31559>

Vilela, MFC & Koch, C. (2001). A construção argumentativa no gênero artigo científico em ciências sociais. Cadernos CESP, 26, 51-64. Disponível in <https://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoscesp/article/view/P2358-3231.2015n26p51> acesso 09.06.2024

ZANK, Debora Cristine Trindade. Base Nacional Comum Curricular e o “novo” ensino médio: análise a partir dos pressupostos teóricos da pedagogia histórico-crítica 2020 (doc 14) UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – programa de mestrado. Disponível: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/4960> acesso: 01.06.2024.